



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Segunda-feira, 11 de dezembro de 2023 às 11:33, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 5414169: AVISO EDITAL PL 116/2023 - CONCORRÊNCIA N.
001/2023**

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge)
C57D8E4F2798BD6B60C655B17C6C24876FCD8E44

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Ipuçu

MUNICÍPIO

Ipuçu



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:5414169>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

TCE/SC: C57D8E4F2798BD6B60C655B17C6C24876FCD8E44

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº 116/2023

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023

O Município de Ipuacu, SC, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Zanella, n. 818 - SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.993.028/0001-83, neste ato representada pelo Prefeita Municipal Exmo. Sr. CLORI PEROZA, brasileira, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, tendo por finalidade a **Doação de Imóvel com Encargos**, e será processada e julgada em conformidade com as disposições constantes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; e Leis Municipais nº 1028, de 06 de dezembro de 2023, e 1029, de 06 de dezembro de 2023.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 e nº 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 09h00min (horário oficial de Brasília) do dia 22 de janeiro de 2024, no Setor de Licitação deste Município, no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, dar-se-á a partir das 09h:10 min horas (horário oficial de Brasília) do dia 22 de janeiro de 2024, em sessão pública realizada na sala de Licitação da Prefeitura de Ipuacu, situada no endereço citado no preâmbulo do edital.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecidos neste Edital.

2 - DO OBJETO, FINALIDADES, METAS E PRAZO DOS BENEFÍCIOS

2.1. A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa para concessão de incentivos econômicos através da Doação de bem público com encargos, situados no Distrito Industrial, pertencente ao Município de Ipuacu/SC, para instalação de empresa,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

visando estimular o desenvolvimento econômico e social, na forma das Leis Municipais nº 1028, de 06 de dezembro de 2023, e 1029, de 06 de dezembro de 2023.

2.2 A doação com encargos será mediante a implantação ou ampliação de unidade produtiva no seguinte imóvel:

2.2.1 – **Parte do Lote 35 e Parte do Lote 36**, - denominado área 04, com área de 34.456,14m², - constante da matrícula n. 12.810 do ORI de Abelardo Luz- SC, localizada na Rodovia SC 480 no município de Ipuacu, com a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-08, localizado ao norte da propriedade, de coordenadas N 7.056.052,453 m e E 352.401,251 m, deste, segue com azimute de 120°34'46" e distância de 59,25 m, confrontando neste trecho com parte do lote 34 e 35 de Industria de Papel L. Dall' Asta S/A (Mat 10.144), até o vértice BLZM-0049, de coordenadas N 7.056.022,311 m e E 352.452,260 m, deste, segue com azimute de 210°41'05" e distância de 420,13 m, confrontando neste trecho com parte do lote 36 e 37 de Frigorifico Forte Sul Ltda (Mat. 6.988), até o vértice M-01, de coordenadas N 7.055.661,007 m e E 352.237,863 m, deste, segue com azimute de 309°09'42" e distância de 6,12 m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da Rodovia SC-480, até o vértice M-02, de coordenadas N 7.055.664,871 m e E 352.233,119 m, deste, segue com azimute de 311°38'25" e distância de 35,90 m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da Rodovia SC- 480, até o vértice M-03, de coordenadas N 7.055.688,725 m e E 352.206,289 m, deste, segue com azimute de 30°41'05" e distância de 210,89 m., confrontando com o lote 35 e 36 denominado de área 03 do Município de Ipuacu, até o vértice M-16, de coordenadas N 7.055.870,090 m. e E 352.313,911 m.; deste, segue com azimute de 300°41'05" e distância de 99,70 m., confrontando com o lote 35 e 36 denominado de área 03 do Município de Ipuacu, até o vértice M-15, de coordenadas N 7.055.920,969 m. e E 352.228,168 m.; deste, segue com azimute de 30°41'05" e distância de 132,45 m., confrontando com o lote 35 e 36 denominado de área 02 do Município de Ipuacu, até o vértice M-14, de coordenadas N 7.056.034,877 m. e E 352.295,761 m.; deste, segue com azimute de 80°32'26" e distância de 106,94 m., confrontando com parte do lote 34 e 35 de Industria de Papel L. Dall' Asta S/A (Mat. 10.144). até o vértice M- 08, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o Datum SIRGAS 2000, todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM, cuja matrícula ainda não encontra-se individualizada, fazendo referido imóvel parte do imóvel registrado sob a matrícula 12.810, do ORI da Comarca de Abelardo Luz, porém, já em fase de desmembramento, em procedimento registrado no ORI da Comarca de Abelardo Luz sob o protocolo n. 49.985. **Valor de avaliação mercadológica R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).**

2.2.2 A doação regida por este edital, visa salvaguardar o patrimônio público e dar cumprimento à sua função social, garantindo benefícios à municipalidade e aos seus cidadãos. Pretende a Administração Pública, portanto, destinar os imóveis à empreendimento das atividades a serem executadas pelos futuros beneficiários.

3- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados, que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas ou pessoas físicas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 – Em recuperação judicial ou em processo de falência;

3.2.2 – Em consórcio.

3.3 – Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

3.4 – Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA TÉCNICA

4.1 – Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, neste caso, autenticada por tabelião competente ou servidor da administração, conforme preceituado no artigo 32 da lei n. 8.666/93.

4.2 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

4.3 – Os envelopes de nº 01 e 02, contendo respectivamente a documentação de habilitação e a proposta, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente lacrados (fechados), constando da face de cada qual a identificação com os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU – SC

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2023

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

e-mail:

telefone:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU – SC

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2023

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

e-mail:

telefone:

4.4 – A Recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega deles até o dia e horários indicados para protocolo junto ao Setor de Licitações. A Prefeitura Municipal de Ipuacu e a Comissão Permanente de Licitações não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, no Setor de Licitações desta Prefeitura, ou seja, reforçamos que a entrega e protocolo deverá ocorrer no Setor de Licitações.

4.4 – Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma Carta de Credenciamento, conforme modelo sugestivo constante no Anexo VI deste Edital, a qual deverá ser entregue à Comissão



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUAÇU

Permanente de Licitações no ato da abertura dos Envelopes 01, ou através de procuração com reconhecimento de firma em Cartório. Se for sócio administrador ou dirigente da empresa, o representante deverá apresentar contrato social atualizado ou ata de eleição de dirigentes, no caso de sociedades por ações, podendo valer-se, para isso, da documentação apresentada no Envelope 01.

5 – DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A HABILITAÇÃO

5.1 – Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos, dentro do ENVELOPE Nº 02, em uma via, preferencialmente, numerados em sequência e rubricados em todas as suas páginas, por representante legal da licitante ou preposto.

5.2 – As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação, deverão apresentar declaração identificado a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

5.3 – Para comprovação da habilitação jurídica:

a) **Certificado de Registro Cadastral expedido pelo Município de Ipuacu**, em vigor, de acordo com a Lei nº 8.666/93;

b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores e declaração de firma individual, quando for o caso; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) **Documento de Identidade do(s) representante(s) legal(is) da proponente**

d) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.1 – A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

comprovada mediante apresentação da Certidão da Junta Comercial, emitida no máximo a 120 (cento e vinte) dias da data marcada para apresentação dos envelopes.

5.4 – Para comprovação da regularidade fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Unidade competente, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consistentes na apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

f) Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.5- Habilitação financeira:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a movimentação financeira da empresa, e apresentar a Evolução (Incremento) financeira dos últimos dois, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral), Microempresas (ME) ou Empresas de



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente ao último exercício social exigível, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento, deverão apresentar o Balanço Patrimonial da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional.

b.2) Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial do Estado.

b.3) As sociedades constituídas a menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço contendo ao menos o Termo de Abertura.

Observação: O balanço patrimonial deverá estar devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional de contabilidade legalmente habilitado, e registrado no órgão competente, conforme disposto no Código de Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

c) Apresentação de índices de Liquidez Corrente e Solvência Geral > 1, já calculados conforme fórmulas abaixo descritas, assinadas pelo contador da empresa e pelo responsável pela empresa; fundamento legal: art. 31, §§§ 1º, 2º e 5º da lei 8.666/93.

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} = > 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = > 1$$

d) Certidão Negativa de Protestos, expedidas pelos cartórios competentes para protestos de títulos da sede da pessoa jurídica licitante, emitidas com a antecedência máxima de 30 (trinta) dias da data limite fixada para a entrega dos documentos, ou com prazo de validade expressa.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

5.6 Declarações:

a) Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres e, de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme anexo.

b) Declaração da proponente atestando que ela não possui no seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade econômica mista (Anexo III).

5.7 Havendo alguma restrição na comprovação dos documentos, em se tratando de Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, lhes será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa. (Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014).

5.8 Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

5.9 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

5.10 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia.

5.10.1 Os documentos apresentados por processo de cópia, certidões e certificados exigidos como condição de habilitação, terão sua aceitação condicionada à confirmação da veracidade pela comissão ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUAÇU

emissor ou por comparação de assinaturas, nos termos da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

5.10.2 As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

5.11 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

5.11.1 se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

5.11.2 se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

5.11.3 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.11.4 A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

5.12 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 5.7, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6. DA PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE N.º 2

6.1 A proposta técnica, exigida neste Edital, deverá seguir o modelo apresentado no ANEXO I.

6.2 A proposta deverá ser apresentada em 1 (uma) via, rubricada e assinada pelo responsável legal da proponente, sem conter emendas, rasuras ou entrelinhas.

6.3 Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, complementação, modificações ou substituições da proposta técnica ou de documentos que a integrem.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

7. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

7.1 A documentação e as propostas técnicas serão apreciadas e julgadas pela Comissão Permanente de Licitações, nomeada através de Decreto, que poderá contar com o assessoramento de pessoas versadas nas áreas de Ciências Econômicas, Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Jurídicas ou Empresários atuantes no Município de Ipuacu/SC, que possuam período significativo de atuação, em observância aos seguintes procedimentos:

7.2 A abertura do ENVELOPE nº 1 da “Documentação de Habilitação” dar-se-á em Sessão Pública, pela Comissão Permanente de Licitações, na data estabelecida para recebimento e abertura dos mesmos, na qual cada proponente poderá se fazer representar por seu representante devidamente credenciado. Nessa ocasião, toda a documentação constante nos envelopes será rubricada pelos membros da Comissão e pelos representantes das proponentes presentes permanecendo o ENVELOPE nº 2 – “Das Propostas Técnicas” – rubricados nos fechos - em poder da Comissão.

7.3 O exame da documentação do ENVELOPE n.º 1 “Documentos de Habilitação”, será realizado pela Comissão Permanente de Licitações, resultando na habilitação ou inabilitação da proponente.

7.4 Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem todos os documentos exigidos neste Edital, que apresentarem documentos rasurados, com prazo de validade vencido na data prevista para a realização da sessão de abertura dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, que não atenderem todos os requisitos dispostos no item 5, ou ainda os proponentes que apresentarem seus documentos de forma diversa da estabelecida neste Instrumento

7.5 Somente os concorrentes habilitados passarão para a fase de abertura da proposta – ENVELOPE nº 2. A proponente inabilitada receberá de volta seu ENVELOPE de proposta intacto, mediante recibo ou declaração constante na ata, caso declarar a desistência de eventuais recursos.

7.6 Abertas as propostas, serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas providências posteriores ou prorrogação em relação às exigências e formalidades previstas neste Edital. Também não será admitida desistência da proposta após a fase de habilitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

7.7 Em cada fase de julgamento, serão realizadas tantas reuniões públicas quantas forem necessárias.

7.8 A análise das Propostas Técnicas, contidas no ENVELOPE nº 2 - será efetuada pela Comissão Permanente de Licitações, e o resultado será comunicado através do site oficial do Município, e através de correio eletrônico, devendo cada proponente informar o e-mail e atestar que aceita que a intimação se dê por esses meios.

7.9 Após análise e avaliação das propostas técnicas, a Comissão Permanente de Licitações, terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para análise, onde após, declarará vencedora as proponentes que, tendo atendido a todas as exigências do edital, tiverem apresentado as melhores propostas, de acordo com o modelo do ANEXO I e com os critérios de análise expostos no ÍTEM 8.

7.9.1. Na análise da documentação da proposta técnica, a Comissão Permanente de Licitações caberá apenas adotar as providências procedimentais.

7.10 Será disponibilizado o(os) Imóvel(eis) às empresas que tiverem a maior pontuação conforme classificação das propostas técnicas.

7.11 O não comparecimento de qualquer representante não impedirá a efetivação da reunião de abertura das propostas, não cabendo aos ausentes o direito a qualquer reclamação, salvo recurso no prazo legal.

7.12 As propostas Técnicas serão avaliadas e classificadas com base nos critérios do item, pesos e pontuação da seguinte forma: Geração de novos empregos no Município, Investimentos em ativos e a necessidade, de acordo com o projeto apresentado, do imóvel solicitado considerando a implantação do mesmo.

7.13 Serão avaliadas e classificadas as propostas com base nos critérios do item 7.12 e, pesos e quantidades de pontos da seguinte tabela:

CRITÉRIOS	PONTOS	PESO	TOTAL
1. Geração de novos empregos		0,30	
2. Movimentação econômica anual da empresa nos primeiros 05 (cinco) anos;		030	
3. Investimentos em reais (ativos fixos)		0,20	
4. Área Construída m ²		0,10	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

5. Início das Edificações		0,05	
6. Início das atividades		0,05	
Total de peso e de pontos		1,00	

7.14 No julgamento das propostas técnicas, pela Comissão Permanente de Licitações e Avaliações, cada item da tabela receberá uma pontuação de 10 (dez) a 100 (cem), conforme descrito abaixo:

7.14.1. Geração de empregos diretos nos primeiros 05 (cinco) anos, contados do início das atividades:

a) Para comprovar a geração dos empregos diretos, deverá ser anexado à proposta técnica (modelo anexo IV), projeto detalhado de todos os setores da empresa, contendo as vagas de emprego necessárias para funcionamento dos mesmos e estimativa para os anos de 2024, 2025, 2026, 2027 e 2028.

Nº de empregos gerados		Pontos
A	De 1 a 3	10,00
B	De 4 a 5	20,00
C	De 6 a 7	30,00
D	De 8 a 9	40,00
E	De 10 a 11	50,00
F	De 12 a 13	60,00
G	De 14 a 16	70,00
H	De 17 a 19	80,00
I	De 20 a 22	90,00
J	Acima de 22	100,00

7.14.2 Média da movimentação Econômica Anual (Faturamento Bruto) nos primeiros 05 (cinco) anos, contados do início das atividades, devendo ser anexado, planilha detalhada contendo a estimativa da progressão da Movimentação Econômica Anual da empresa, após o início das atividades, para os 2024, 2025, 2026, 2027 e 2028:

Movimento econômico para os primeiros 5 (cinco) anos	Pontos
---	---------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

A	De R\$ 250.000,00 a R\$ 350.000,00	10,00 Pontos
B	De R\$ 350.001,00 a R\$ 450.000,00	20,00
C	De R\$ 450.001,00 a R\$ 600.000,00	30,00
D	De R\$ 600.001,00 a R\$ 750.000,00	40,00
E	De R\$ 750.001,00 a R\$ 900.000,00	50,00
F	De R\$ 900.001,00 a R\$ 1.100.000,00	60,00
G	De R\$ 1.100.001,00 a R\$ 1300.000,00	70,00
H	De R\$ 1.300.001,00 a R\$ 1.500.000,00	80,00
I	De R\$ 1.500.001,00 a R\$ 1.750.000,00	90,00
J	Acima de R\$ 1.750.001,00	100,00

7.14.3 Investimentos em reais (Ativos fixos) nos primeiros 05 (cinco) anos, contados do início das atividades:

a) Para comprovação dos investimentos em ativos fixos, deverá ser anexado à proposta técnica (modelo anexo IV), termo de compromisso, com firma reconhecida em cartório, assinado pelo responsável legal da licitante, onde deverá estar declarado o valor em ativos fixos a serem incorporados ao Patrimônio da empresa.

PROPOSTA		Pontos
A	R\$ 50.000,00 à 1.00.000,00	10,00 Pontos
B	R\$ 100.001,00 à 200.000,00	20,00
C	R\$ 200.001,00 à 300.000,00	30,00
D	R\$ 300.001,00 à 400.000,00	40,00
E	R\$ 400.001,00 à 500.000,00	50,00
F	R\$ 500.001,00 à 600.000,00	60,00
G	R\$ 600.001,00 à 700.000,00	70,00
H	R\$ 700.001,00 à 800.000,00	80,00
I	R\$ 800.001,00 à 1.000.000,00	90,00
J	Acima R\$ 1.000.001,00	100,00

7.14.4 Área em metros quadrados do empreendimento a ser construído até o início das atividades:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

a) Para comprovação da área em metros quadrados a ser construída, deverá ser anexado à proposta técnica (modelo anexo IV), termo de compromisso, com firma reconhecida em cartório, assinado pelo responsável legal da licitante, onde deverá estar declarada a área em metros quadrados a ser edificada até o início das atividades.

PROPOSTA		Pontos
A	De 50 a 100m ²	10,00
B	De 101 a 200m ²	20,00
C	De 201 a 300m ²	30,00
D	De 301 a 400m ²	40,00
E	De 401 a 500m ²	50,00
F	De 501 a 600m ²	60,00
G	De 601 a 700m ²	70,00
H	De 701 a 800m ²	80,00
I	De 801 a 1.000m ²	90,00
J	De 1.001m ² acima	100,00

7.14.5 Início das edificações (contados da data de assinatura do contrato de doação com direito real de uso com encargos):

a) Para comprovação deste item, a licitante, deverá anexar à proposta técnica (modelo anexo IV), declaração, com firma reconhecida em cartório, assinada pelo responsável legal da licitante, afirmando a data em que irá, efetivamente, iniciar as edificações relativas ao seu empreendimento.

PRAZO PARA EDIFICAÇÕES		Pontos
A	De 211 a 240 dias	30,00
B	De 181 a 210 dias	50,00
C	De 151 a 180 dias	60,00
D	De 121 a 150 dias	70,00
E	De 91 a 120 dias	80,00
F	De 61 a 90 dias	90,00
G	Até 60 dias	100,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

7.14.6 Início das atividades (contados da data de assinatura do contrato de doação com encargos):

a) Para comprovar a data de início das atividades da empresa, deverá ser anexada à proposta técnica (modelo anexo IV), declaração, com firma reconhecida em cartório, assinada pelo responsável legal da licitante, afirmando a data em que irá efetivamente iniciar as atividades relativas ao seu empreendimento.

PRAZO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES		Pontos
A	De 09 à 12 meses	10,00
B	De 08 a 09 meses	20,00
C	De 07 a 08 meses	30,00
D	De 06 a 07 meses	50,00
E	De 05 a 06 meses	60,00
F	De 04 a 05 meses	70,00
G	De 03 a 04 meses	80,00
H	De 02 a 03 meses	90,00
I	Até de 02 mês	100,00

7.15. As empresas interessadas em receber em doação qualquer dos imóveis constantes nesta concorrência deverá levar em consideração as condições constantes na Lei Municipal nº 1028 de 06 de dezembro de 2023 e 1029 de 06 de dezembro de 2023, sendo:

7.15.1. Para os imóveis que não possuem edificações fica obrigada a donatária, o oferecimento de no mínimo 30(trinta) empregos pelo período de 10(dez) anos;

7.16. Em caso de empate nas propostas técnicas, o desempate será feito da forma descrita abaixo:

1.º critério: Será vencedora a licitante que apresentar em sua proposta técnica, o maior número de empregos diretos. Persistindo o empate, será aplicado o 2.º critério;

2º critério: realização de sorteio público, conforme disposto no § 2.º do artigo 45 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

7.17. Das reuniões de abertura e julgamento da habilitação e das propostas técnicas, serão lavradas atas contendo o registro de todas as ocorrências, impugnações ou



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUAÇU

protestos porventura havidos, os quais serão assinados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e quando for o caso, a Comissão Especial de Licitações e pelos proponentes presente.

7.18. É facultada à Comissão Especial de Licitações, em qualquer fase da seleção, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo, se for o caso, realizar entrevista com os licitantes.

7.19. Caso a proponente não desista formalmente de eventuais recursos, as propostas técnicas dos licitantes não habilitados, constantes no ENVELOPE n.º 2, permanecerão em poder da Comissão, com os envelopes devidamente fechados e rubricados pelos membros desta e pelos representantes das proponentes até o término final do prazo recursal, findo o qual serão devolvidos aos concorrentes inabilitados.

7.20. Ao licitante que aceitou sem objeções o presente Edital e que venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades, tal alegação terá efeito de representação, sendo processada nos moldes da Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.21. O não comparecimento de qualquer dos licitantes participantes às reuniões convocadas pela Comissão Especial de Licitações, não impedirá que estas se realizem.

7.22. Serão desclassificadas as propostas técnicas que deixarem de atender um dos itens da proposta técnica.

8. PRAZOS

8.1 A empresa beneficiária da doação deverá iniciar e concluir a construção, dando início às atividades, dentro do prazo previsto em sua proposta técnica, observado que o descumprimento injustificado do cronograma de obras, atividades e geração de empregos apresentado pela empresa beneficiada implica em hipótese de rescisão de doação com encargos, nos termos das Lei Municipal n° 1028 de 06 de dezembro de 2023 e 1029 de 06 de dezembro de 2023.

9. DAS SANÇÕES

9.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplência, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal decorrentes de seu comportamento, ou ainda das demais sanções prescritas nos artigos n° 86, 87 e 88 da Lei Federal n° 8.666/93:

9.1.1 Advertência;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

9.1.2 Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos;

9.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade; a reabilitação será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de sanção mencionada neste item.

9.1.4 Fica vinculada qualquer penalidade ou sanção prevista nas Leis Municipais nº Lei Municipal nº 1028 de 06 de dezembro de 2023 e 1029 de 06 de dezembro de 2023.

10. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

10.1 A donatária obriga-se, como encargo da doação:

10.1.1 Utilizar o imóvel concedido para implantar suas instalações industriais, pelo prazo ininterrupto de 10 (dez) anos,

10.1.2 Gerar e manter no mínimo 100% do número de empregos previsto na proposta técnica, do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano de operação.

10.1.3 Até o período de 24 meses contados da instalação da empresa, a mesma deverá gerar no mínimo 60% (sessenta por cento) dos empregos diretos.

10.1.3.1 Na eventualidade de não atingir o percentual acima, a empresa vencedora da licitação deverá justificar a impossibilidade, comprovando o oferecimento de vagas, mediante publicação em redes sociais, rádios e jornais de circulação local.

10.2 Preservar o local e adquirir sob suas expensas todas as licenças necessárias para realização das atividades, sendo que a apresentação das mesmas condicionará o início das atividades.

10.3 Deverá realizar averbação imobiliária da doação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato de doação, sendo necessário a entrega da matrícula atualizada (original) em nome da empresa vencedora.

10.4 Efetuar o pagamento de eventuais despesas imobiliária e impostos decorrentes de averbações, transferências e registro imobiliário.

10.5 A empresa vencedora deve apresentar as informações contábeis do ano anterior até dia 30 de abril de cada ano, mediante os seguintes documentos:

10.5.1 Geração de empregos diretos (GFIP);



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

10.5.2 Movimentação Econômica Anual (Balanço Patrimonial, Relação de Faturamento Mensal, DRE e DIPJ);

10.5.3 Investimentos em reais (Ativos fixos);

10.5.4 Área construída m² (projeto).

10.6 O imóvel objeto da presente licitação será doado pelo município ao vencedor, sendo-lhe assegurado o direito de nele permanecer enquanto cumprir as obrigações do presente ajuste. 10.7 A beneficiária obriga-se a cumprir rigorosamente os encargos da presente doação, sob pena de responder pelas consequências do inadimplemento, na forma da legislação aplicável; 10.8 O Donatário permitirá ao município realizará vistorias periódicas, e caso descumprimento poderá rescindir o instrumento de contrato bem como solicitar a reversão do imóvel, sem indenização.

10.9 A empresa vencedora deverá iniciar sua instalação de acordo com o prazo estipulado na proposta, isso não ocorrendo, poderá ensejar a revogação da presente doação, ressalvados os casos de força maior e caso fortuito.

10.10 Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos materiais e morais causados a terceiros, usuários e funcionários dentro do espaço de doação, sem a responsabilidade solidária do Município;

10.11 Respeitar todas as determinações da legislação municipal e, conseqüentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes se vier a ser necessário.

10.12 Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre os imóveis que são objetos de cessão e sobre as atividades que neles venham a ser desenvolvidas.

10.13 Pagar as despesas com água, luz e demais tributos e encargos excedentes sobre o imóvel. 10.14 É vedado ao donatário subconceder ou ceder os imóveis, no todo ou em parte, a terceiros, a qualquer título, gratuito ou oneroso, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de outras sanções previstas na legislação de regência, salvo prévia autorização da Administração Municipal e condições previstas nas Lei Municipal nº 1028 de 06 de dezembro de 2023 e 1029 de 06 de dezembro de 2023.

10.15 Conservar a área permitida em boas condições de conservação, uso, higiene e limpeza.

10.16 A falta do cumprimento do encargo da doação implicará na reversão do imóvel, sem que caiba o ressarcimento de benfeitorias feitas no imóvel, visto que toda



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUAÇU

benfeitoria de natureza permanente, com característica de obra civil, adere ao imóvel concedido, incorporando-se ao mesmo na hipótese de revogação da doação.

10.17 A doação do imóvel, objeto desta concorrência, se sujeita integralmente às Leis Municipais nº 1.028 de 06 de dezembro de 2023 e 1.029 de 06 de dezembro de 2023.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

11.1 Efetuar o cumprimento dos incentivos mencionados neste Edital de Licitação e anexos.

11.2 Fiscalizar o cumprimento dos encargos da Donatária.

11.3 A proponente vencedora zelar pelas instalações da sala utilizada, buscando atender as normas básicas de conservação e higiene do local.

11.4 Cabe à proponente vencedora o pagamento de salários do pessoal empregado, necessário à execução dos serviços objeto da Permissão de Uso, bem assim, a responsabilidade para com os encargos sociais e previdenciários vigentes ou que venham a ser instituídos. Tampouco responde o Município perante fornecedores e terceiros, inclusive os órgãos arrecadadores dos encargos sociais e previdenciários, multas ou quaisquer outras obrigações decorrentes do presente instrumento.

11.5 A proponente vencedora deverá manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas, devendo ainda, responsabilizar-se por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo.

11.6 A proponente vencedora deverá providenciar o Alvará de Licença para Funcionamento, expedido pela Prefeitura de Ipuacu, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso.

12 DA RESCISÃO CONTRATUAL E REVERSÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

12.2 A rescisão contratual poderá ser:

12.2.1 Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

12.2.2 Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

12.3 Reverterão ao município os bens doados a título de estímulo econômico, quando:

- a) Não utilizados em sua finalidade;
- b) Não iniciadas as atividades no prazo definido na proposta (esse prazo poderá ser prorrogado por igual período) a contar da emissão da ordem de instalação, nos termos deste edital.
- c) Não cumprido os prazos estipulados;
- d) Não atingindo o número de empregos dispostos na Proposta Comercial para o primeiro (1º) ano corrente;
- e) Paralisação das atividades;
- f) Falência ou concordata da empresa;
- g) Transferência do estabelecimento para outro município; e
- h) Vencimento do contrato de doação.

12.4 A empresa enquadrada neste artigo deverá desocupar o imóvel objeto da doação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fazendo a retirada das benfeitorias realizadas quando for tecnicamente possível, deixando o bem concedido nas mesmas condições que fora recebido, bem como, estando impedido de demolir edificações feitas no imóvel, inclusive as mesmas não serão indenizadas, haja vista, a necessidade exclusiva da empresa.

13 - DA IMPUGNAÇÃO E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, conforme disposto no § 2º do Art. 41, da Lei nº 8.666/93.

13.2 Sem prejuízo do prazo citado do subitem anterior, a impugnação será decidida no prazo de 06 (seis) dias úteis, observando em qualquer caso o disposto no § 3º do Art. 41, da Lei nº 8.666/93.

13.3 A impugnação será feita tempestivamente pelo licitante e dirigida à Comissão Permanente de Licitação, não o impedindo de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão administrativa a ela pertinente.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUAÇU

13.4 Para Impugnação do edital ou interposição de recursos, o interessado ou licitante deverá apresentar junto com suas razões, os documentos necessários que identifiquem a empresa ou pessoa física (caso não seja sócio ou proprietário, deverá apresentar procuração registrada em cartório), bem como que identifiquem suas alegações.

13.5 Conforme faculta o artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93, as licitantes que se julgarem prejudicadas em qualquer ato, poderão interpor recurso contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação, no curso do procedimento licitatório, contra as seguintes decisões:

- a) De habilitação ou inabilitação de licitante;
- b) De julgamento das propostas (classificação/desclassificação);

13.6 Deverão ser observados os pressupostos de admissibilidade recursal: legitimidade; interesse de recorrer; a existência de ato administrativo decisório; tempestividade; a forma escrita; fundamentação; pedido de nova decisão.

13.7 Os recursos serão opostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação da decisão ou da lavratura da ata se presente na sessão a licitante interessada em recorrer, e terão os efeitos previstos em lei.

13.8 Das decisões de anulação ou revogação da licitação e de aplicação das penas de advertências, suspensão temporária ou de multa, caberá recurso à autoridade superior por intermédio daquela que proferiu a decisão.

13.9 Interposto o recurso, dele será dada ciência às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

13.10 Os recursos e impugnações deverão ser entregues fisicamente no Setor de Licitação do Município de Ipuacu/SC localizado a rua Zanella nº 818 centro, de segunda a sexta-feira no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, onde será emitido comprovante de recebimento.

14 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

14.1 O presente Edital e seus Anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.

14.2 Para os casos omissos no presente Edital, prevalecerão os termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e das demais disposições legais aplicáveis ao caso.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUAÇU

14.3 O Município reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias ao interesse público e de anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

14.4 O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico do Município de Ipuacu: www.Ipuacu.sc.gov.br no link licitações.

14.5 Outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ipuacu/SC, no horário de expediente.

14.6 As interpretações, correções e ou alterações do Edital, promovidas pela Prefeitura, por iniciativa própria ou atendendo a eventual impugnação de licitante, serão publicadas no site oficial do município.

14.7 As empresas interessadas na licitação, poderão visitar e conhecer o local, e as instalações objeto da doação antes da licitação.

14.7.1 Os interessados na visitação do local, deverão agendar horário junto ao setor de Licitações do município de Ipuacu/SC, pessoalmente ou por meio dos telefones n. (49) 3449-0045.

14.8 Os envelopes nº 02 - PROPOSTA, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

14.9 Serão abertos os envelopes 02 - PROPOSTA, contendo as propostas técnicas dos proponentes habilitados, desde que tenha havido renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o art. 109, inc. I “a” da Lei 8.666/93, através da assinatura na Ata, ou Termo de Renúncia. Caso contrário, a data da abertura será comunicada diretamente às proponentes (podendo tal intimação ocorrer através de publicação na imprensa oficial) após julgado o recurso interposto, ou decorrido o prazo sem interposição de recursos.

14.10 Uma vez abertas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

14.11 Da(s) sessão(ões) de abertura e apreciação de envelopes será(ão) lavrada(s) ata(s) circunstanciada(s) a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da(s) mesma(s), ficando sem direito de fazê-lo posteriormente, tanto as proponentes que não tiverem comparecido, como os que mesmo tendo comparecido não consignarem em ata os seus protestos.

14.12 Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Prefeitura Municipal de Ipuacu/SC poderá fixar aos licitantes o



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação.

14.13 O Município de Ipuacu/SC reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, antes da assinatura do contrato, sem que caiba reclamação ou pedido de indenização pela proponente vencedora.

14.14 As proponentes assumem todos os custos de elaboração e apresentação de suas propostas.

14.15 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

14.16 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

14.17 A doação dos imóveis condiciona-se, durante a vigência do contrato respectivo, ao estrito cumprimento das obrigações a que se sujeitará o concessionário, previstas neste Edital e nos seus anexos específicos, sob pena de rescisão do contrato.

14.18 A doação se aperfeiçoará se mantidas válidas e vigentes as condições e obrigações indicadas neste instrumento e em seus anexos, e indicadas na proposta vencedora do certame licitatório.

14.19 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

14.20 O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de São Domingos/SC.

15. DOS ANEXOS DO EDITAL

15.1 – Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de proposta técnica

Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo de doação do imóvel

Anexo III – Modelo de declaração de não parentesco

Anexo IV – Modelo de declaração de atendimento a legislação trabalhista e proteção à criança e ao adolescente

Anexo V – Modelo de declaração de visitação ao local e suas estruturas

Anexo VI – Modelo de carta de credenciamento



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

Ipuacu/SC, 11 de dezembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Visto/Jurídico. **Dr. Cassio Marocco** OAB/SC n.14.921_____.

Dr. Ricardo Raí Guaragni OAB/SC n. 59.237-A_____.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

Razão Social:

Nome Fantasia:

Data da constituição:

CNPJ/MF:

Inscrição Estadual:

Forma Jurídica:

Endereço:

Cidade:

UF.

Telefone:

E-mail:

Nome do Representante Legal:

RG:

CPF:

Capital Social: R\$

Objeto Social (CNAE):

Objetivos e Metas:

Prospecção (de clientes, de mercado, expansão, entre outros):

Geração de Empregos:

I - Número inicial de empregos a serem gerados – (Número por extenso)

II - Número de empregos a serem gerados até 24 meses após a instalação da empresa (incluindo os empregos citados no item anterior): (Número por extenso).

III - Número de Empregos até os primeiros 5 (cinco) anos: (Número por extenso) (especificar quantidades por áreas da empresa)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

Área a ser edificada ou de ampliação:

Prazo para execução da edificação ou ampliação:

Investimento:

I - Investimento em máquinas e equipamentos para o exercício das atividades: R\$
..... (valor por extenso)

II - Investimento a ser realizado no imóvel (obra nova, reforma ou ampliação): R\$
..... (por extenso),.

Movimento Econômico:

I – Media de movimento Econômico mensal, e a cada ano até completar os primeiros 5
(cinco) anos;

Início das Atividades: dias.

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES QUE DEVEM ACOMPANHAR ESTA PROPOSTA, SENDO ESTE VINCULADO AO CONTRATO;

I - Projeto detalhado de todos os setores da empresa, contendo as vagas de emprego necessárias para funcionamento do mesmo, o qual deverá estar assinado pelo responsável legal da licitante; II - Projeto estimativo de todos os estabelecimentos auxiliares ao funcionamento da empresa, contendo as vagas de emprego auxiliares ao funcionamento da mesma, o qual deverá estar assinado pelo responsável legal da licitante;

III - Planilha detalhada contendo a Evolução financeira nos últimos dois anos para empresas já existentes ou Movimentação Econômica Anual nos primeiros 05 (cinco) anos para empresas novas, após o início das atividades, a qual deverá estar assinada pelo responsável legal da licitante;

IV - Termo de compromisso, com firma reconhecida, assinado pelo responsável legal da licitante, onde deverá estar declarado o valor em ativos fixos a serem incorporados ao Patrimônio da empresa, no Município de Ipuacu;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

V - Termo de compromisso, com firma reconhecida, assinado pelo responsável legal da licitante, onde deverá estar declarada a área em metros quadrados a ser edificada;

VI - Declaração, com firma reconhecida, assinada pelo responsável legal da licitante, afirmando a data em que irá, efetivamente, iniciar as edificações relativas ao seu empreendimento, no Município de Ipuacu;

VII - Declaração, com firma reconhecida, assinada pelo responsável legal da licitante, afirmando a data em que irá efetivamente iniciar as atividades relativas ao seu empreendimento no Município de Ipuacu, fundamentada no cronograma físico das obras referentes as edificações necessárias ao funcionamento da empresa;

VIII - Declaração da licitante, de que visitou o imóvel objeto da licitação, que está ciente do estado em que se encontra atualmente a edificação, que está ciente dos investimentos que deverá realizar para permitir a utilização do imóvel, declarando estar ciente de que estes investimentos não serão ressarcidos por ocasião do fim ou rescisão do contrato oriundo do presente procedimento, comprometendo-se ainda que cumprirá na íntegra os itens constantes na sua Proposta Técnica, conforme modelo constante no Anexo V deste edital.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura e identificação



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A DOAÇÃO DE IMÓVEL COM ENCARGOS.

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Zanella n. 818, Centro, da cidade de Ipuacu, SC, inscrita no CNPJ n. 95.993.028/0001-83, representado pela Prefeita Municipal **Sra. Clori Peroza** brasileira, inscrita no CPF sob o n. _____, RG n.º _____, residente e domiciliado nesta cidade de Ipuacu, SC denominado para este instrumento simplesmente de **COMPROMITENTE**.

....., pessoa jurídica de direito privado, com sede, na cidade de _____.- SC, sito a Ruan., Bairro, inscrita no CNPJ n, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr., brasileiro, residente e domiciliado na Rua.....n....., Bairro

da Cidade de Estado de, RG n.SSP/....., CPF n, denominado para este instrumento particular simplesmente de DONATÁRIA, celebram o presente contrato, conforme as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal n.º 1028 de 06 de dezembro de 2023 e 1029 de 06 de dezembro de 2023, e Processo Licitatório n. 116/2023, Edital Modalidade Concorrência PREF n. 001/2023, e Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa para concessão de incentivos econômicos através da Doação de bem público com encargos, situados no Distrito



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

Industrial, pertencente ao Município de Ipuacu/SC, para instalação de empresa, visando estimular o desenvolvimento econômico e social, na forma da Lei nº 8.666/1993 e Lei Municipal nº Lei Municipal nº 1028 de 06 de dezembro de 2023.

2.2 A doação com encargos será mediante a implantação ou ampliação de unidade produtiva no seguinte imóvel:

CLAUSULA SEGUNDA – DOS ENCARGOS DA CESSIONÁRIA CONTRATADA

2.1 - O presente compromisso de DOAÇÃO à Outorgada Compromissária, já qualificada, é feito com o encargo da implantação de uma unidade produtiva no Município de Ipuacu, de acordo com a proposta vencedora constante no Processo Licitatório XX/2023, parte integrante deste contrato, e na conformidade das especificações contidas na Lei Municipal nº 1028 de 06 de dezembro de 2023 e 1029 de 06 de dezembro de 2023, as quais deverão obrigatoriamente constar na escritura pública e no seu registro imobiliário que serão instrumentalizados na forma da lei civil e administrativa, devendo:

2.1.1 Utilizar o imóvel doado para implantar suas instalações industriais, pelo prazo ininterrupto de 10 (dez) anos.

2.1.2 Gerar e manter no mínimo 100% do número de empregos previstos no anexo IV, do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano de operação.

2.1.3 Até o período de 24 meses contados da instalação da empresa, a mesma deverá gerar no mínimo 60% (sessenta por cento) dos empregos diretos.

2.1.3.1 Na eventualidade de não atingir o percentual acima, a empresa vencedora da licitação deverá justificar a impossibilidade, comprovando o oferecimento de vagas, mediante publicação em redes sociais, rádios e jornais de circulação local.

2.2 Preservar o local e adquirir sob suas expensas todas as licenças necessárias para realização das atividades, sendo que a apresentação das mesmas condicionará o início das atividades.

2.3 Deverá realizar averbação imobiliária da doação com encargos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato de doação, sendo necessário a entrega da matrícula atualizada (original) em nome da empresa vencedora, ficando as custas da escrituração a cargo da donatária.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

- 2.4 Efetuar o pagamento de eventuais despesas imobiliária e impostos decorrentes de averbações, transferências e registro imobiliário.
- 2.5 A empresa vencedora deve apresentar as informações contábeis do ano anterior até dia 30 de abril de cada ano, mediante os seguintes documentos:
- 2.5.1 Geração de empregos diretos (GFIP);
- 2.5.2 Movimentação Econômica Anual (Balanço Patrimonial, Relação Faturamento Mensal, DRE e DIPJ);
- 2.5.3 Investimentos em reais (Ativos fixos);
- 2.5.4 Área construída m² (projeto).
- 2.6 O imóvel objeto da presente licitação será doado pelo município ao vencedor, sendo-lhe assegurado o direito de nele permanecer enquanto cumprir as obrigações do presente ajuste.
- 2.7 A beneficiária obriga-se a cumprir rigorosamente os encargos da presente doação, sob pena de responder pelas consequências do inadimplemento, na forma da legislação aplicável;
- 2.8 O donatário permitirá ao município realizará vistorias periódicas, e caso descumprimento poderá rescindir o instrumento de contrato bem como solicitando indenização do Cessionário pelos consertos que se fizerem necessários.
- 2.9 A empresa vencedora deverá iniciar sua instalação de acordo com o prazo estipulado na proposta, isso não ocorrendo, poderá ensejar a revogação da presente doação, ressalvados os casos de força maior e caso fortuito.
- 2.10 Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos materiais e morais causados a terceiros, usuários e funcionários dentro do espaço doado, sem a responsabilidade solidária do Município;
- 2.11 Respeitar todas as determinações da legislação municipal e, conseqüentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes se vier a ser necessário.
- 2.12 Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre os imóveis que são objetos de cessão e sobre as atividades que neles venham a ser desenvolvidas.
- 2.13 Pagar as despesas com água, luz e demais tributos e encargos excedentes sobre o imóvel. 2.14 É vedado ao concessionário subconceder ou ceder os imóveis, no todo ou em parte, a terceiros, a qualquer título, gratuito ou oneroso, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de outras sanções previstas na legislação de regência, salvo prévia



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

autorização da Administração Municipal e condições previstas Lei Municipal nº 1028 de 06 de dezembro de 2023 e 1029 de 06 de dezembro de 2023.

2.15 Conservar a área permitida em boas condições de conservação, uso, higiene e limpeza.

2.16 A falta do cumprimento do encargo da doação implicará na reversão do imóvel, sem que caiba o ressarcimento de benfeitorias feitas no imóvel, visto que toda benfeitoria de natureza permanente, com característica de obra civil, adere ao imóvel concedido, incorporando-se ao mesmo na hipótese de revogação da doação.

2.17 A doação do imóvel, objeto desta concorrência, se sujeita integralmente à Lei Municipal nº Lei Municipal nº 1028 de 06 de dezembro de 2023 e 1029 de 06 de dezembro de 2023;

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO IMÓVEL

3.1 O Valor de avaliação do Imóvel destinado à doação é de R\$(.....mil reais), conforme avaliação realizada pelo Município.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 O prazo da vigência do Contrato será de 10 (dez) anos, iniciando imediatamente a assinatura deste termo.

4.2 O imóvel objeto do presente instrumento é transmitido pelo compromitente ao DONATÁRIO neste ato, sendo-lhe assegurado o direito de nele permanecer enquanto cumprir as obrigações do presente ajuste, liberando-se tal, após transcorridos 10 (dez) anos da doação.

4.3 Ficará vinculado, após findado o período de vigência do contrato a doação definitiva, conforme condições previstas na Lei Municipal nº 1028 de 06 de dezembro de 2023 e 1029 de 06 de dezembro de 2023.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

5.1 Efetuar o cumprimento dos incentivos mencionados neste Edital de Licitação e anexos.

5.2 A proponente vencedora zelar pelas instalações da sala utilizada, buscando atender as normas básicas de conservação e higiene do local.

5.3 Cabe à donatária o pagamento de salários do pessoal empregado, necessário à execução dos serviços objeto da Doação, bem assim, a responsabilidade para com os encargos sociais e previdenciários vigentes ou que venham a ser instituídos. Tampouco



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUAÇU

responde o Município perante fornecedores e terceiros, inclusive os órgãos arrecadadores dos encargos sociais e previdenciários, multas ou quaisquer outras obrigações decorrentes do presente instrumento.

5.4 A donatária deverá manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas, devendo ainda, responsabilizar-se por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo.

5.5 A donatária deverá providenciar transferir ou abrir empresa, ou filial no Município de Ipuacu, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Contrato de Doação.

CLAUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E REVERSÃO

6.1 A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta doação, bem como o descumprimento por parte da Concessionária de suas obrigações legais e/ou contratuais ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

6.2 A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1 Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

6.2.2 Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

6.3 O presente Contrato de DOAÇÃO poderá ser rescindido também, por falta de cumprimento de suas Cláusulas, conforme disposições descritas no edital.

6.4 Reverterão ao município os bens concedidos a título de estímulo econômico, quando:

a) Não utilizados em sua finalidade;

b) Não iniciadas as atividades no prazo estipulado na proposta (podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa e aceite do município), a contar da data de instalação;

c) Não cumprido os prazos estipulados;

d) Não atingindo o número de empregos dispostos na Proposta Comercial;

e) Paralisação das atividades;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

- f) Falência ou concordata da empresa;
- g) Transferência do estabelecimento para outro município; e
- i) Rescisão do contrato.

6.5 A empresa enquadrada neste artigo deverá desocupar o imóvel objeto da doação no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, fazendo a retirada das benfeitorias realizadas quando for tecnicamente possível, deixando o bem concedido nas mesmas condições que fora recebido.

6.6 Ao final do prazo de vigência do presente contrato, ou em caso de rescisão antecipada, os investimentos/benfeitorias feitos pela donatária, para deixá-lo em condições de uso, assim como os investimentos feitos para adaptá-lo às condições de uso conforme a finalidade que lhe será atribuída pelo licitante, não serão restituídos pelo Município, devendo o imóvel ser entregue em igual ou melhor condição de que foi recebido, não sendo ainda ressarcido ou indenizado quaisquer benfeitorias edificadas no imóvel, sendo elas úteis ou necessárias, declarando a concessionária que está ciente da presente condição.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 As sanções administrativas serão a advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, com fulcro no Capítulo IV, Seção II, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações.

7.2 Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

7.3 As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

8.1 Poderá ser alterado o presente contrato, objetivando a modificar o cronograma de implantação do empreendimento e outros aspectos de execução, desde que devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Indústria e Comércio de Ipuacu/SC.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

9.1 O presente ajuste é celebrado sob condição expressa de sua irrevogabilidade e irretratabilidade, ressalvado o eventual inadimplemento do DONATÁRIO.

9.2 A doação está vinculada às normas e princípios da lei 8.666/93, da lei municipal específica Lei Municipal nº 1028 de 06 de dezembro de 2023 e 1029 de 06 de dezembro de 2023.

CLAUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos - SC, a fins de dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir entre as partes relativas ao presente CONTRATO.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Ipuacu/SC, em ____ de _____ de 2023.

CONTRATANTE: Município de Ipuacu – SC

CLORI PEROZA – Prefeita Municipal _____

CONTRATADA: _____

Nome Responsável _____

Visto. Assessoria Jurídica. **Adv.** _____ **OAB/SC n.** _

Testemunhas:

1. _____

2. _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade econômica mista, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção..

Local, _____ de _____ de 2023. _____

Assinatura e identificação



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE
PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ com sede na _____, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura e identificação



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA que visitou o local e que está ciente do estado em que se encontra atualmente a edificação, que está ciente dos investimentos que deverá realizar para permitir a utilização do imóvel, declarando estar ciente de que estes investimentos não serão ressarcidos por ocasião do fim ou rescisão do contrato oriundo do presente procedimento, comprometendo-se ainda que cumprirá na íntegra os itens constantes na sua Proposta Técnica.

Local, _____ de _____ de 2023.

Assinatura e identificação



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

ANEXO VI

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, pela presente, CREDENCIA o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Cédula de identidade nº e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência Pública Nº 01/2023, instaurado pelo Município de Ipuacu/SC. Na qualidade de representante legal da empresa, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de RENUNCIAR AO DIREITO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, ASSINAR CONTRATOS E DISTRATOS.

Local, _____ de _____ de 2023.

Assinatura e identificação